

OBSERVATÓRIO DA POLÍTICA AGRÍCOLA: ESPAÇO DE DISCUSSÃO DA POLÍTICA AGRÍCOLA NA ESCOLA DE MEDICINA VETERINÁRIA E ZOOTECNIA, UFBA.

Leonélia dos Reis Vilas Boas¹
João Aurélio Soares Viana²

RESUMO

Uma parte da economia do Brasil gira em torno da agropecuária, porém uma parcela dos produtores brasileiros não possui conhecimento ou tecnologia adequada para aumentar a produtividade ou competir com os grandes agricultores. Uma parte desses problemas poderia ser resolvida com um maior incentivo da prática extensionista nos cursos de Ciências Agrárias e uma mais ampla discussão da temática dentro da academia. Desta forma, com a motivação de abrir espaço para esta discussão, pensou-se o projeto Observatório da Política Agrícola – OPA se trata de uma iniciativa que objetiva criar um espaço de reflexão, pesquisa e difusão da política agrícola nacional e baiana. O presente trabalho tem o objetivo de relatar a experiência da criação e implantação das atividades desenvolvidas no Observatório da Política Agrícola, um grupo de pesquisa e estudo motivados na constatação de que a formação do Médico Veterinário egresso da Escola de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade Federal da Bahia é tímida em conteúdos teóricos e práticos relativos à temática. E que desde a criação e implantação em outubro de 2017, o OPA tem sido um instrumento de pesquisa e difusão da Política Agrícola, contribuindo com a formação de profissionais médicos veterinários habilitados na compreensão, difusão, execução e concepção de política agrícola.

Palavras-chave: ensino, médico-veterinário, desenvolvimento rural.

Introdução

Considerando a questão do desenvolvimento rural, vive-se, desde os anos 1980, um momento em que distintas concepções, ideias, discursos e narrativas se confrontam, influenciando as decisões que são tomadas a respeito de promovê-lo de modo mais efetivo (DE FREITAS, DE FREITAS e DIAS, 2012). Vários fatores contribuíram para esse marcante dinamismo da agricultura brasileira, entre eles, as políticas públicas adotadas pelo governo (BUAINAIN, 2014). Na sua ampla maioria, estes fatores foram de fundamental importância para a construção de uma nova percepção ou visão sobre o significado do desenvolvimento rural, portanto necessário seu conhecimento (SCHNEIDER, 2010).

Naturalmente, o bom desempenho da agropecuária e a inserção competitiva e sustentável do produtor rural nas cadeias produtivas do agronegócio dependem não apenas de políticas públicas, mas de políticas públicas de qualidade, que por sua vez demandam, cada vez mais, conhecimentos especializados, dada a complexidade dos problemas que necessitam ser equacionados na atualidade (RAMOS, 2009).

Neste contexto, o médico-veterinário como profissional da área das Ciências Agrárias participa como agente ativo, tanto no processo de difusão dessas políticas como na formulação de novas políticas e de programas para o setor. No entanto, a formação do médico-veterinário é incipiente em conteúdos teóricos e práticos, relativos à Política Agrícola e ao desenvolvimento

¹ Graduando do Curso de Medicina Veterinária da Universidade Federal da Bahia - UFBA, vilasboaslr@gmail.com;

² Professor orientador: Doutor, Escola de Medicina Veterinária e Zootecnia - UFBA, jotaareliouol.com.br (83) 3322.3222

rural promovido por esta, o que produz dificuldades de estabelecer relação entre o profissional e a realidade prática, estas dificuldades se manifestam na incompreensão das políticas e consequentemente na insuficiente difusão entre produtores e suas organizações.

Assim, o presente trabalho tem o objetivo de relatar a experiência da criação e implantação do Observatório da Política Agrícola, um grupo de pesquisa e estudo motivado na constatação de que a formação do Médico-Veterinário egresso da Escola de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade Federal da Bahia é tímida em conteúdos teóricos e práticos relativos à temática.

Revisão de Literatura

Política Agrícola

Entre os instrumentos de política econômica que influenciam a agropecuária está a Política Agrícola, está assim como toda política pública pretende induzir mudanças desejadas pelos governos no setor, através de arranjos de instrumentos que estimulem a produção e promovam a distribuição social da agricultura (NUNES, 2007). Para Ramos (2009), a Política Agrícola é um conjunto de medidas e ações do Estado voltadas à agropecuária, que se manifestam por meio de programas, planos ou ações governamentais. E segundo Nunes (2007), nos últimos anos, além de buscar incrementar o saldo da balança comercial, as políticas agrícolas brasileiras foram sendo desenvolvidas com vistas a reduzir o preço final dos produtos agrícolas, permitindo assim que os setores urbanos mais pobres diminuíssem a parcela dos gastos de suas rendas com a alimentação.

De acordo com o Art. 3 da Lei nº 8.171, de janeiro de 1991, os objetivos principais da Política Agrícola são executados pelo estado, cuja função é de planejar, promover, regularizar, fiscalizar, controlar, avaliar atividades e suprir as necessidades, visando sempre assegurar a produção e produtividade agrícolas. Além de controlar e regularizar o abastecimento interno, principalmente alimentar. No Art. 4 desta mesma lei são definidos os instrumentos que compõem a política agrícola, sendo a Extensão Rural um destes instrumentos. (BRASIL, 1988)

Como instrumento de desenvolvimento, as políticas agrícolas contribuem para introduzir mudanças na agricultura e em outros setores da economia de um país, diretamente para: elevar a produção e produtividade, favorecer investimento nas atividades agrícolas, reduzir os custos por unidade de mercadoria produzida, reduzir os custos dos alimentos ao consumidor final, promover o desenvolvimento de determinados produtos agrícolas e técnicas de produção, facilitar a organização de cadeia produtiva, transferir renda, democratizar o acesso ao crédito as tecnologias entre os que têm dificuldade de crédito, entre outras mudanças (NUNES, 2007).

Medicina Veterinária

A medicina veterinária teve início com a necessidade do homem primitivo de domesticar os animais. Alguns historiadores acreditam que o primeiro Tratado de Veterinária, escrito por volta de 4000 a.C, foi encontrado no Egito, em 1890. Na Europa, os primeiros achados foram na Grécia, no século VI a.C. No Egito por volta do século VI, da era cristã, foi identificado HIPPIATRIKA, uma enciclopédia que possuía escritas sobre criação e doenças dos animais. Caracterizado por 420 artigos, sendo que, destes 121 foram escritos pelo pai da Medicina Veterinária, chamado de Apsirtos, ele descreveu enfisema pulmonar, tétano, cólicas, mormo entre outras enfermidades. A medicina veterinária moderna teve início em 1761, com a criação da primeira escola de medicina

veterinária da França, por Claude Bourgelat. No final do século XVIII, já havia 19 escolas de veterinária na Europa. (CFMV,2019)

No Brasil, foi durante o reinado de D. Pedro II, que se criou a primeira Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária (ESAMV), no Rio de Janeiro em 1910, atual URRJ. A segunda escola foi aberta em Olinda – PE, em 1933, através do Decreto nº 23.133, do então Presidente da República Getúlio Vargas, e surge a primeira regulamentação da Medicina Veterinária no Brasil. E assim, foi possível estabelecer melhores condições e definir os campos de atuação para o exercício da Medicina Veterinária. (CFMV,2019)

A formação do médico-veterinário

A primeira base curricular do curso de Medicina veterinária foi estabelecida pelo Decreto nº 8.319, em 1910 sendo obrigatória apenas para a ESAMV e escolas criadas pelo Governo Federal. A escola de Veterinária Mosteiro de Olinda, além de seguir as instruções do Governo Federal seguia também a base curricular da Universidade de Munique, Alemanha. Sendo que currículo mínimo para os Cursos de Medicina Veterinária foi criado em 1962, pelo Conselho Federal de Educação, parecer nº 256/62. Já em 1984, foi estabelecido um novo currículo, resolução nº 10/84, que teve como objetivo agregar mais matérias para melhorar formação geral do profissional, sendo acrescentadas as ciências humanas e sociais e ciências do ambiente. Atualmente, o currículo que está em vigor é o que foi aprovado em 13/03/2002, parecer nº 105/2002(CFE -MEC,2019).

Uma característica interessante da Diretriz Curricular de 2002 é a sugestão de agregação do conhecimento em cinco grandes áreas, isto abre a possibilidade do aprendizado não fragmentado do conhecimento, podendo correlacionar as informações, aproximando mais da realidade encontrada no mercado de trabalho (ALVES e GAMEIRO, 2011). A flexibilização do currículo também permitiu às instituições enfatizarem determinadas matérias ou a ampliação através do acréscimo de outras matérias não previstas na dependência de necessidades e interesses regionais, ao mesmo tempo em que para outros campos do conhecimento o cumprimento esteja restrito ao mínimo necessário estabelecido. (PFUETZENREITER, ZYLBERSZTAJN e DE AVILA, 2004).

Assim, como em outros cursos, a formação do médico-veterinário viu a necessidade de adaptar-se à dinâmica das demandas da sociedade, o que ocorreu com a aprovação da atual diretriz curricular em 2002. Esse fato foi relevante, pois abriu espaço para a diversidade na formação do profissional dentro das diferentes faculdades de Medicina Veterinária (ALVES e GAMEIRO, 2011). Há uma relevância em formar profissional com potencial técnico e humanístico, um profissional mais crítico e com uma visão mais abrangente da atuação e importância do Médico Veterinário na sociedade (CABUCCI, 2017).

Segundo Piccin e Piccin (2004), no entanto, o processo pedagógico e a elaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos de veterinária, ainda visam satisfazer mercado “com pouca ligação orgânica com as reais necessidades da maioria da população brasileira”. Pfuetzenreiter & Zylbersztajn (2004), analisando os currículos das oito instituições mais antigas de Ensino Superior de Medicina Veterinária do Brasil, concluíram, que o ensino tem focado em uma formação tecnicista baseada no desenvolvimento de conhecimentos das áreas de atuação da medicina veterinária, sem uma preocupação explícita com uma formação mais ampla, que contemple outros domínios do conhecimento humano, como as ciências humanas e sociais.

Para Schuch ([entre 2001 e 2004]). a construção por parte das ciências sociais agrárias, revigoradas em novas bases teóricas, de diferentes perspectivas para a ruralidade, abre um campo de atuação aos profissionais da área agrária com habilidades que ultrapassam a simples aplicação de pacotes tecnológicos, numa nova perspectiva de desenvolvimento. O que exige uma formação acadêmica mais completa, focada nos aspectos sociais da população, suscitando, por outro lado, que sejam oferecidas aos estudantes oportunidades que contemplem o desenvolvimento da

capacidade de pensar, elaborar juízos e de articulação com os conteúdos dos demais estilos (PFUETZENREITER e ZYLBERSZTAJN, 2004; YAMAMOTO et al, 2010).

No mesmo trabalho, Schuch ([entre 2001 e 2004]). ressalta que a medicina veterinária carece de identidade como profissão. Os próprios “currículos” das escolas de veterinária centram-se na prática clínica e técnica, abrindo mão da formação social e humana dos seus discentes (e docentes) e limitando assim a sua capacidade de intervenção na sociedade em transformação. A veterinária ainda nega a sua inter-relação com as ciências sociais e humanas. Segundo Yamamoto e colaboradores (2010), devido à importância do médico-veterinário em todas as áreas, é fundamental que ele consiga expressar toda a sua capacidade, por isto a necessidade de integração entre a medicina veterinária com as ciências humanas e sociais, integrando os cursos com outras áreas do conhecimento.

Para Piccin e Piccin (2004), a atuação do médico-veterinário que não considera as diferenças sociais, políticas, econômicas e culturais dos agricultores, pode intensificar ainda mais o processo de exclusão dos camponeses e por isto há que se romper com a atual matriz tecnológica imposta e impenetrada nas universidades. Neste contexto, a criação de espaços para discussão de política agrícola dentro dos cursos de medicina veterinária vem a ser uma relevante ferramenta, levando o profissional, ainda em formação, a pensar e debater temas nas diferentes áreas de conhecimento.

É necessário que o ensino da medicina veterinária possibilite a compreensão dos problemas sociais já abordados, bem como, suas principais causas. Assim, diagnosticará a gênese desses principais problemas sociais, a forma que deverá contribuir para propor soluções e intervir no sentido de superá-los melhorando a qualidade de vida da população (PICCIN e PICCIN, 2004). O profissional atuante neste novo modelo precisa desenvolver as suas habilidades muito além da base técnica. Esses conceitos precisam ser tratados com profundidade, na ótica da teoria e da prática veterinária (SCHUCH, [entre 2001 e 2004]).

Segundo Yamamoto e colaboradores (2010), o profissional deve ser capaz de lançar mão de instrumentos de apoio ao desenvolvimento rural, adotar objetivos, estratégias, metodologias e práticas compatíveis com os requisitos deste novo processo. O técnico (veterinário), neste contexto, atua como potencializador dos anseios dos agricultores respeitando os saberes existentes no âmbito social em que estes estão inseridos. As habilidades necessárias para desenvolver tal trabalho passam por uma visão ampla da realidade, através de saberes sociológicos e antropológicos, assim como a capacidade de intervir de forma educadora e integral no âmbito do grupo familiar e social, não exclusivamente em linhas de produção ou especialidades médico-veterinárias (SCHUCH, [entre 2001 e 2004]).

Yamamoto e colaboradores (2010), em uma pesquisa envolvendo 10 profissionais médicos veterinários, questionou se logo depois de formados se sentiam seguros para atuar como médico-veterinário no campo: 80% dos profissionais disseram não se sentir seguros; apenas 20% responderam que sim, sentiam-se seguros. Na mesma pesquisa, os profissionais foram questionados se acreditavam que a formação básica do médico-veterinário era suficiente para manutenção de um sistema de produção sustentável. Destes, 73% responderam que a sustentabilidade é multidisciplinar, pois o médico veterinário sozinho não consegue promover a sustentabilidade desejada, necessitando, para tanto, entender mais de responsabilidade social e educação humanitária.

Importância do estudo da Política Agrícola na formação acadêmica

O modelo de desenvolvimento adotado, principalmente na agricultura, pelo país nas décadas de 60 e 70 teve determinante influência sobre a definição e expansão dos cursos de Medicina Veterinária. Hoje, a orientação que segue é da grande produção para a exportação e o mercado dos PET-SHOP's, com pouca, ou sem nenhuma, relação com a realidade, tanto agrária quanto urbana, do país (PICCIN e PICCIN, 2004).

Com a modernização da indústria, algumas áreas do país sofreram com o êxodo rural, a população com a esperança de garantir uma melhor forma de trabalho e vida, viu a possibilidade de emprego nos grandes centros. Assim, as áreas rurais até hoje ainda sofrem com a falta de infraestrutura e condições de uma vida melhor. Um dos motivos pelos quais a agricultura familiar no Brasil não ganha força, seria pela falta de profissionais extensão rural e assistência técnica para colaborar e ajudar a expansão da agricultura. (PEREIRA et al, 2002; PICCIN e PICCIN, 2004; ALVES e GAMEIRO, 2011).

A Política Agrícola, ao longo do currículo mínimo, foi citada nos currículos de 1984 e 1962, porém no atual, 2002, foi tirada do currículo básico e colocada como no campo das ciências humanas, que fica a critério da faculdade abranger ou não os temas. Alves e Gameiro (2011), analisando os programas das disciplinas de Extensão Rural e equivalentes de 52 IES do Brasil, objetivando explorar os assuntos contemplados, encontraram o tema “Política Agrícola” em apenas 8 cursos de medicina veterinária (15,4%).

No artigo, “O Ensino da ‘Extensão Rural’ nos Cursos Superiores de Medicina Veterinária no Brasil”, os autores observaram que das 57 instituições que responderam à pesquisa, apenas duas instituições não ofereciam disciplinas de extensão rural ou equivalente, concluíram então, que mesmo saindo da grade curricular mínima, as instituições ainda oferecem a disciplina mostrando a grande importância para a formação do Médico-Veterinário (ALVES e GAMEIRO, 2011). Atualmente, segundo Piccin e Piccin, (2004) os cursos de veterinária estão cada vez mais voltados para área de pequenos animais (petshops), ou voltados para área de reprodução em grandes animais. Infelizmente, a área agrária está sendo deixada de lado por muitos cursos superiores. Para ele os veterinários estão se formando sem conhecimento necessário para atuar como extensionista.

Pois, não serão raras as vezes que esses se depararão com a contradição entre o ensino baseado no modelo da grande produção e a realidade da pequena produção e do campesinato (PICCIN e PICCIN, 2004). Pereira et al, realizou um estudo com os alunos de veterinária da faculdade de Uberlândia, em Minas Gerais, obtendo um resultado excelente mesmo a longo prazo, com a troca de conhecimento entre estudantes e produtores. Foi relatado que os produtores rurais, concordam com a iniciativa, pois muitos não possuem condições econômicas para contratar assistência técnica.

O curso de medicina veterinária por ser um curso teórico e prático, aplica-se muito bem à prática de extensão rural pelos estudantes, onde poderão vivenciar e aplicar todo o conhecimento adquirido em sala de aula. Além disso, aprenderão na prática como lidar com problemas reais e solucioná-los da melhor forma possível, convivendo com produtores rurais e enxergando as suas reais necessidades. Os alunos de veterinária possuem uma bagagem teórica com diversos temas importantes, entre eles a produção animal, saúde animal, inspeção animal, propiciando uma boa atuação, sendo essencial à interatividade no campo (PICCIN e PICCIN, 2004; ALVES e GAMEIRO, 2011).

Além disso, a grande parcela da população no campo, não possui renda suficiente para contratar uma assistência técnica qualificada. Com a ida para a propriedade rural, os alunos aprendem na prática e os produtores são beneficiados pelo enriquecimento e troca de conhecimento. Os produtores rurais apresentam conhecimento e experiências que o aluno não aprende em livros ou em aula, essas experiências são passadas de geração em geração entre eles, e que podem contribuir muito para a formação dos estudantes (PEREIRA et al, 2002; PICCIN e PICCIN, 2004; ALVES e GAMEIRO, 2011).

O Observatório da Política Agrícola

Uma parte importante da economia do Brasil gira em torno do agronegócio, porém grande parcela dos produtores brasileiros não possui conhecimento ou tecnologia adequada para aumentar a produtividade ou competir com os grandes agricultores. Uma parte poderia ser resolvida com um maior incentivo da prática extensionista nos cursos de Ciências Agrárias e uma mais ampla discussão da temática dentro da academia. A outra parte caberia ao poder público, no sentido de fazer chegar o extensionista aos produtores.

Desta forma, com a motivação de abrir espaço para esta discussão, pensou-se o projeto Observatório da Política Agrícola - OPA, que trata-se de uma iniciativa que objetiva criar um espaço de reflexão, pesquisa e difusão da política agrícola nacional e baiana no âmbito dos cursos de graduação de Medicina Veterinária e Zootecnia da Escola de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade Federal da Bahia, vinculada às disciplinas Extensão Rural (MEV 140), Desenvolvimento Rural (MEV 167) e Política Agrícola (MEVC 068).

Do ponto de vista institucional, o OPA integra a plataforma do Programa Permanecer, que é uma iniciativa da Coordenação de Ações Afirmativas, Educação e Diversidade – Assistência Estudantil – PNAES, da Universidade Federal da Bahia, constituindo-se uma rede importante de ações nos campos do Ensino, Pesquisa, da Extensão.

Assim, o projeto Observatório da Política Agrícola embora construído de forma sistemática, propõe uma visão mais detida sobre dois campos do conhecimento: o campo da “Pesquisa e Análise” da política agrícola e o segundo campo da “Difusão e Acompanhamento” da política agrícola. Os dois campos despertam grande interesse de profissionais das Ciências Agrícolas, tendo em vista sua aplicação no cotidiano dos produtores rurais, assim como, no segmento da sua concepção e planejamento. É na pequena produção que se encontra o maior número de unidades produtoras, por consequência, é onde grande parte dos profissionais de veterinária trabalham ou trabalharão, através de cooperativas e associações

Entre as atividades realizadas estão: Ciclo de estudos, onde temas relacionados à temática política agrícola são discutidos, são apresentados artigos sobre temas como desenvolvimento rural, PRONAF e suas linhas de financiamento, Seguro Safra, e demais instrumentos da política agrícola, como a Extensão Rural e Assistência técnica, pelos membros do grupo; Participação em Atividades de Campo e Viagens Técnicas, como a visita à EMBRAPA -Semiárido, em Petrolina, Pernambuco

Um das atividades mais importantes desenvolvida é a Pesquisa e publicação de artigos científicos, como ocorreu no Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão UFBA 2018 e também no I Seminário de Pesquisa e Extensão da Escola de Medicina Veterinária e Zootecnia – UFBA (I SIPE – EMEVZ), onde junto com outros grupos de estudo e pesquisa, apresentou as atividades desenvolvidas. No congresso foram apresentados dois trabalhos. O primeiro intitulado “A Importância da Renovação dos Quadros de Extensionista Rurais no Futuro da Agricultura Brasileira”, o segundo intitulado “Principais Desafios Encontrados pelos Produtores de ovos da Região do Baixo Sul da Bahia Beneficiados pelo PRONAF: um estudo de caso”, ambos os trabalhos se originaram de pesquisa e discussão desenvolvida dentro do observatório e foi apresentado por estudantes participantes do grupo.

Já para o Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão UFBA 2019, serão apresentados três trabalhos de pesquisa: “A Importância do Estudo da Política Agrícola na Formação do Médico-Veterinário”, “Análise do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e sua relevância para o Município de Aratuípe – BA” e a pesquisa “Políticas Públicas de Acesso a Terra: uma análise do Programa Nacional de Crédito Fundiário, em Euclides da Cunha – BA”.

Além destas atividades, o grupo utiliza de mídias sociais como ferramenta de difusão da política agrícola, para isto foram criados e são mantidos uma conta no Instagram (@opa.ufba) e

Blog (www.opaufba.wordpress.com), onde são publicados temas de interesse do grupo e novidades sobre a temática.

Conclusão

Desde a criação e implantação em outubro de 2017, o OPA tem sido um instrumento de pesquisa e difusão da Política Agrícola, contribuindo com a formação de profissionais médicos veterinários habilitados na compreensão, difusão, execução e concepção de política agrícola.

Referências

- ALVES, T. C.; GAMEIRO, A. H. O ensino da " extensão rural" nos cursos superiores de medicina veterinária no Brasil. **Brazilian Journal of Veterinary Research and Animal Science**, v. 48, n. 3, p. 239-249, 2011.
- ARAÚJO, R. T. A política nacional de assistência técnica e extensão rural (PNATER) e o novo perfil profissional do médico veterinário. *Ensaio e Ciência*, 5:96-98, 2007.
Conselho Federal de medicina Veterinária, Disponível em:
<http://portal.cfmv.gov.br/pagina/index/id/40/secao/1> Acesso em: 25 de julho, 2019
- BRASIL. Constituição da Republica Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acessado em 25 de julho de 2019.
- BUAINAIN, A. M. et al. **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília, DF: Embrapa, 2014., 2014.
- Cobucci, G. C., 2017- Metodologias ativas e aspectos pedagógicos no ensino de graduação em Medicina Veterinária: / Gustavo Carvalho Cobucci. – Viçosa, MG, 2017."xi, 103f.": il.; 29 cm.
- DE FREITAS, A. F.; DE FREITAS, A. F.; DIAS, M. M. Mudanças conceituais do desenvolvimento rural e suas influências nas políticas públicas. **Revista de administração pública**, v. 46, n. 6, p. 1575-1597, 2012.
- YAMAMOTO, E. K.; ENGLER, F. S.; LIMA, L. de L. D.; RIZARDI, M. B.; YANASSE, N. K.; GAMEIRO, A. H. **Socioeconomia & Ciência Animal**. Boletim Eletrônico do LAE/FMVZ/USP. Edição 031, de 20 de novembro de 2010
- MEC, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Currículo 2002 – parecer n 0105/2002
Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pces105_02.pdf
Acesso em: 25 de julho, 2019
- NUNES, S. Instrumentos de política agrícola para a agricultura e a agricultura familiar no Brasil. **Conjuntura Agrícola: boletim eletrônico**, n. 159, 2007.
- PEREIRA, W. A. B.; DE SOUZA, M. M. O.; FRANCIS, D. G. Título: Extensão Rural: O Papel dos Estudantes de Medicina Veterinária na Orientação de Produtores Familiares. 1. Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, 2. Encontro Nacional de Avaliação Institucional de Extensão Universitária, 1. Feira Universidade e Sociedade; promoção e realização do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das

Universidades Públicas Brasileiras e Universidade Federal da Paraíba - João Pessoa: EDUEPB, 2002.
Disponível em: http://www.prac.ufpb.br/anais/Icbeu_anais/anais/trabalho/extencao_rural.pdf. Acessado em 20 de agosto de 2019.

PFUETZENREITER, M. R.; ZYLBERSZTAJN, A. Teaching of health and the curricula of schools of veterinary medicine: a case study, *Interface - Comunic., Saúde, Educ.*, v.8, n.15, p.349-60, mar/ago 2004.

PFUETZENREITER, M. R.; ZYLBERSZTAJN, A.; DE AVILA, F. P. D. Evolução histórica da medicina veterinária preventiva e saúde pública. **Ciência Rural**, v. 34, n. 5, p. 1661-1668, 2004.

PICCIN, M. B.; PICCIN, M. B. A Medicina Veterinária e a Sociedade: Para Quem e Para Que? - O Modelo de Desenvolvimento da Sociedade e as Políticas de Ensino na Medicina Veterinária. In: V Congresso Internacional de Educação Popular e XIV Seminário Internacional de Educação Popular - Educar e Cuidar: Desafios e Práticas, 2004, Santa Maria. Anais do V Congresso Internacional de Educação Popular: Educar e Cuidar: Desafios e Práticas. Santa Maria: Gráfica Universitária, 2004. p. 162.

RAMOS, S. Y. Panorama da política agrícola brasileira: a política de garantia de preços mínimos. **Embrapa Cerrados-Documents (INFOTECA-E)**, 2009.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 30, n. 3, p. 511-531, 2010.

SCHUCH, L. F. D. Os Desafios da Medicina Veterinária no Terceiro Milênio. Executiva Nacional de Estudantes de Veterinária. Programa Nacional de Formação (PNF), [entre 2001 e 2004]. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/enev/docs/desafios.pdf>. Acessada em 20 de agosto de 2019.